Crónicas Bibliográficas

Tenente-general
Mário de Oliveira Cardoso

Tem o livro que agora é apresentado, de facto, muito a ver com o traço da personalidade dos seus autores.

Os dois são conhecidos, na sua atividade intelectual, por serem espíritos permanentemente inquietos, à procura do porquê das coisas, à procura de lógicas que expliquem o que aconteceu e que, por gosto e estilo próprios, procuram expor de forma bem objetiva e sistematizada, o que faz dos seus discursos literários uma obra sempre concisa, direta e didática.

É também ele, o livro, um material que, numa escola como a Academia Militar, onde ambos são professores, permite fazer a integração de disciplinas como a estratégia dita de total com a genética e estrutural e todas elas com a politica, na medida em que é ela a mãe de todos os desenvolvimentos com vista a atingir os objetivos a que se propõe.

Mas é, ao mesmo tempo, para aqueles que não acompanham a "coisa militar", mas que se interessam por saber por que é que as "coisas" acontecem no mundo, por que se transformam, um precioso auxiliar para a sua compreensão.

Nos dias de hoje, e no nosso País, recomendo-o vivamente para que seja possível melhor nos situarmos quando há que perceber a importância dos espaços onde nos movemos, o que são as comunidades em que estamos inseridos e a que queremos pertencer, não simplesmente por querermos ser aceites, mas sim por querermos ser um ativo válido, não ignorando o que nos é possível fornecer, mas estando confiantes que será sempre um produto de valor que contribui positivamente para o todo.

Como os autores, logo no início, esclarecem, toda a investigação que fizeram teve por base as Forças Armadas dos EUA, em particular o seu Exército.

As razões são óbvias. Os EUA são o maior poder militar do mundo, têm-
-se envolvido em conflitos em vários continentes, as suas experiências têm-nos obrigado a adaptar os seus sistemas de combate às sucessivas experiências e novas realidades.

A doutrina que produzem constitui-se quase sempre como orientação, também, para os outros Exércitos e, em particular, para a dos Países membros da OTAN, organização que frequentemente a adopta como sua.

O Prof. Doutor António Telo e o Tenente-coronel Lemos Pires verteram neste livro o seu pensamento segundo uma sequência própria, que eles escolheram e que é certamente a mais adequada.

Mas, ao terem-me dado o prazer e a honra de fazer a sua apresentação, correram desde logo o risco de eu a poder subverter. E é mesmo o que vou fazer.

É que, da minha leitura, sobressai (sem qualquer surpresa, é verdade) a profunda marca que foi deixada em todo o mundo pelo fatídico 11 de setembro de 2001, e o que ele veio provocar, em termos de leitura estratégica para todo o mundo e, consequentemente, de alteração do pensamento e da estrutura do poder militar, que forçosamente teve de se alterar para dar a resposta que lhe era pedida em termos de desígnios nacionais e das alianças em que os Países estão envolvidos.

Muito assertivamente, os autores esclarecem que o terrorismo, adjetivado a partir daí de transnacional, não era mais do que uma tática, de uma forma de atuação e que a luta anti-terrorista nunca poderia (ou deveria) ter sido considerada como o centro da estratégia do maior poder militar do mundo, a não ser que, a guerra contra o terrorismo, proclamada pelo Presidente dos EUA, George Bush, servisse de justificação, para ser utilizada nos areópagos internacionais para legitimar uma intervenção que permitisse aos EUA colocarem-se na plataforma central da Ásia, entre a China, a Índia, a Rússia e outros dois Estados, o Paquistão e o Irão, que já possuíam ou estavam prestes a ter armamento nuclear.

O domínio simultâneo do Afeganistão e do Iraque dava aos EUA uma posição privilegiada naquela zona estratégica, onde era produzido mais de metade do petróleo mundial e onde se acumulavam importantes arsenais nucleares.

Para os EUA, libertados que estavam dos compromissos militares na Europa, diminuído que estava o potencial do grande rival soviético, era a oportunidade para ocupar uma posição firme numa das zonas mais importantes para alcançar a hegemonia global.

Os EUA sentiam-se confiantes de o poder fazer, por disporem de um impressionante poder militar, assente numa poderosa tecnologia treinada e testada.

Mas essa certeza não foi correspondida pelos factos. O Iraque foi como que abandonado sem terem sido alcançados os resultados pretendidos. O Afeganistão segue os mesmos caminhos, não por terem ocorrido derrotas militares, pelo contrário, mas sim por insucessos políticos.

Tal e qual como em 1974 com o Vietname, que os Americanos prometeram não repetir!

E nesta tarefa que me confiaram, achei que este é o ponto charneira do vosso livro.

Permite olhar para trás, até ao final da guerra do Vietname, e acompanhar o extraordinário desenvolvimento tecnológico, estrutural e operacional do Exército dos EUA para servir uma ambiciosa estratégia; refletir sobre a sua validade perante a nova tipologia dos conflitos que o 11 de setembro veio confirmar e potenciar; refletir ainda sobre como está a ser preparado para um futuro incerto, onde as ameaças continuarão a ser difusas, assimétricas, imprevisíveis, mas onde começam a existir indicadores que, não descaraterizando a sua matriz não convencional, evidenciam capacidades que requerem uma resposta também do tipo clássico.

O livro, estando suficientemente desenvolvido para poder ser facilmente acompanhado por leitores que não possuam um *"background"* de conhecimentos militares, é, ao mesmo tempo, um permanente desafio para outras leituras mais aprofundadas.

Para mim, como forma de o apresentar, e esclarecida que está esta minha opção de começar pelo meio, salientaria os seguintes pontos, dos muitos que o livro contém ou recomenda para reflexão.

Do período pós Vietname até ao 11 SET

As grandes opções estratégicas americanas:

–
De aproximação à China;

–
De abertura à intensificação das relações politicas e económicas da, na altura CEE, com os países vizinhos pertencentes ao Pacto de Varsóvia.

A finalidade era clara: enfraquecer a posição da rival URSS.

Numa curiosa observação, os autores concluem que os papéis das duas superpotências se tinham invertido. A URSS viu nas intenções dos EUA uma oportunidade para uma maior afirmação envolvendo-se diretamente em apoio militar e financeiro a países como Angola, Moçambique, Egito, Afeganistão e outros; os EUA descobriram que podiam alimentar à distância os conflitos insurrecionais de acordo com os seus propósitos, enquanto se concentravam no desenvolvimento do seu aparelho militar, apostando em vantagens qualitativas que lhe permitissem abandonar a política do "*status-quo*" que paralisava a frente europeia, ganhando de novo a iniciativa, ao mesmo tempo que desenvolviam sistemas de defesa capazes de assegurar a sobrevivência, caso a guerra alcançasse um patamar nuclear.

Os autores consideram que essa mudança assentou em quatro pilares:

> – A doutrina *Air Land Battle*, uma doutrina de manobra e poder de fogo que aumentou consideravelmente a capacidade de combate em profundidade, que visava

destruir os segundos escalões dos exércitos do Pacto de Varsóvia, impedindo-os de reforçar a frente. Tal doutrina só era possível:

•
Com o desenvolvimento das armas inteligentes;

•
Unindo as armas inteligentes a vetores de grande alcance;

•
Explorando a vantagem da guerra descentralizada feita por pequenas unidades com grande iniciativa, coordenadas por um superior domínio da informação.

– A estratégia marítima, que abandona uma postura defensiva e aposta na iniciativa reagindo desde o primeiro momento de um eventual conflito com ações ofensivas com meios não nucleares. A missão clássica de garantir as linhas de comunicação marítimas seria deixada, no essencial, para as marinhas aliadas. Começava a desenhar-se uma doutrina de intervenção com meios que só os EUA tinham, que destruíam os meios convencionais inimigos com riscos de baixas reduzidas, permitindo aos EUA retirar, cumprida que estava a missão, que muito dificilmente poderia ser partilhada com outros, deixando as fases seguintes das campanhas às forças aliadas, de que os EUA sentiam não poder prescindir, até para dar uma cobertura mais consensual à intervenção.

– A Iniciativa de Defesa Estratégica, vulgarmente designada de "guerra das estrelas", com a finalidade de interceptar a totalidade ou a grande parte dos mísseis balísticos lançados contra os EUA, em caso de guerra. Toda a lógica da guerra-fria se esboroava. Acabava o velho conceito da destruição mútua assegurada que vigorava desde os anos sessenta do século passado.

– A profissionalização das Forças Armadas. A sua necessidade baseava-se no facto dos novos sistemas de armas serem muito mais complexos, a necessitarem de uma maior especialização, mais tempo de treino e outra disponibilidade que não era compatível com o "*draft*" – a conscrição. Mas também porque não se queria voltar a correr o risco de contestação que se tinha vivido no período da guerra do Vietname, sempre que ocorresse uma intervenção externa e, particularmente, quando a sua necessidade não fosse suficientemente clara para a opinião pública.

Estes novos conceitos de fazer a guerra e o desenvolvimento de armas e tecnologias (principalmente de informações, que aumentavam a capacidade de Comando e Controle dos EUA, mas que também permitiam como que "cegar " o inimigo nos primeiros momentos do combate) foram sendo testados nos conflitos dos finais do Séc. XX, evidenciando exuberantemente o poder militar americano mas, aqui e ali, como os autores referem, parecendo descortinar-se ser possível uma outra forma de oposição que diminuía a mais-valia da tecnologia.

O Prof. Doutor António Telo e o Tenente-coronel Lemos Pires escolheram alguns conflitos ocorridos, já nos finais do Séc. XX, que ilustram o que acabamos de referir.

É interessante acompanhar a síntese que fazem da Guerra do Golfo de 1990-91, talvez o expoente máximo de demonstração do novo poder e da nova doutrina, onde, como consequência de tanta superioridade, os autores anotaram, com toda a oportunidade, que talvez para muitos tenha sido criada a ilusão que todos os conflitos futuros poderiam ser resolvidos com base no poder aéreo.

São importantes os alertas que lançam quando analisam a intervenção na ex-Jugoslávia, onde o poder aéreo, tendo sido determinante na 1ª fase da operação, não foi suficiente para trazer a estabilidade que se pretendia alcançar e se tinha como objetivo; os refugiados não regressam ao Kosovo; começa a haver alguma dificuldade em caracterizar o inimigo pelas diferentes lógicas que os caracterizavam, resultantes de diferenças étnicas, religiosas, do aparecimento de máfias e grupos criminosos organizados, todos eles atores de violência com finalidades nem sempre bem identificadas.

Outro importante contributo que os autores nos trazem, nesta síntese da aplicação da nova doutrina de intervenção americana, é através da constatação de que afinal atingir o "*end-state*" pretendido não é tão linear assim, por ser difícil defini-lo e porque aparecem outros elementos que condicionam o emprego das forças e as decisões dos comandantes. É que, após a fase mais "bélica" da campanha, é agora necessário garantir a paz, a estabilidade, apoiar a reconstrução dos Estados. Isso que, na conceção estratégica americana, deveria ser feito pelos Aliados acaba por não dispensar a sua forte presença, o que vai obrigar a uma necessidade de ligação a diversas entidades civis, alterando a composição e a articulação dos estados-maiores e trazer à evidência que decisões aparentemente de nível claramente tático têm afinal implicações na estratégia e na condução política da guerra.

A intervenção na Somália, em 1990, com a retirada apressada das forças dos EUA e o consequente fracasso politico, constitui para os autores um sinal evidente de uma certa incapacidade conceptual do moderno sistema de forças entretanto criado, em interagir com um outro inimigo, não convencional, que dificilmente se consegue identificar, com uma estrutura onde é difícil encontrar quem o lidera ou onde acaba por se constatar existirem vários lideres e com "lógicas" por vezes bem diferentes.

Creio deduzir do discurso dos autores que estes novos dados não foram suficientemente ponderados na reformulação da estratégia operacional dos EUA, que continuava a considerar que, conseguida a indispensável legitimidade internacional para intervir e no seio de uma aliança de países, o poder tecnológico do Exército americano seria decisivo no início das campanhas, o que permitiria aos EUA desarticular as forças regulares inimigas, destruir a sua capacidade de comando e controle e retirar após esta fase, deixando para os aliados a tarefa da estabilização e da reconstrução.

Evidência desta intenção foi, sem dúvida, o projeto de modernizar ainda mais a poderosa força militar existente no início deste século, aumentando a sua capacidade de projeção,

de mobilidade, de capacidade de integração de todos os sistemas de armas existentes num TO numa entidade única, que podia ser gerida em rede, pese embora que tal teria que ser feito à custa da diminuição da capacidade de proteção dos sistemas de armas, por ser necessário diminuir a sua tonelagem o que, na ótica do seu principal teorizador, Almirante Willian Owens, não constituiria grande vulnerabilidade, já que os EUA não tinham no seu horizonte enfrentar um inimigo qualitativamente equivalente.

A designada Força Herança daria lugar à Força Objetivo, a "Force Combat System", capaz de fazer ainda melhor do que a sua antecessora.

É este projeto, iniciado em 2001, que se pretendia completo em 2032, que se vê confrontado com o 11 de setembro de 2001.

Consequência imediata, assim sintetizada pelos autores.

–
A resposta militar decidida pelo Presidente Bush não podia esperar pelo total desenvolvimento do projeto;

–
Não fazia sentido que a força herança beneficiasse das novas tecnologias, pensadas para a força objetivo, pelo simples facto de que não estava ainda criada a rede que permitiria a sua total exploração;

–
Foi decidido formar uma força intermédia que pudesse testar operacionalmente as tecnologias emergentes. Assim nascem as Brigadas *Striker*, com base numa família de veículos 8x8.

E assim ultrapasso, nesta tarefa de apresentador, a fronteira do 11 de setembro, para vos dar conta do que julgo ser a leitura dos autores sobre a nova tipologia da conflitualidade, afinal a confirmação da teoria da guerra camaleónica do velho (novo?) Clawsewitz.

Uma primeira e importante constatação, e de que os autores nos dão conta é de que:

–
Os EUA têm agora mais dificuldade em obter a legitimação internacional para a intervenção;

–
A Aliança que lideram é consideravelmente menor do que no passado, o que significa que o pós conflito é uma realidade com que têm que se confrontar;

–
Passada a primeira fase do conflito, que destruiu os regimes Iraquiano e Afegão e as suas FA, sem qualquer dificuldade, a oposição acaba por se revelar violenta e recorre a formas inovadoras de resistência. Não é uma entidade única; tem interesses diversos e acaba por

incluir, também, a própria população que procura sobreviver à catástrofe.

O Prof. Doutor António Telo e o Tenente-coronel Lemos Pires resumem assim o "ambiente operacional":

–
Os EUA e Aliados estão perante um caos multifacetado, com formas brutais e inovadores de atuação, que provocam um número significativo de baixas e em crescendo, o que torna a opinião pública interna cada vez mais crítica. Parecia que o pesadelo do Vietname tinha voltado;

–
O combate próximo, que a supremacia tecnológica pretendia a todo o transe evitar, é a forma de combate que predomina. Afinal a Infantaria tem de continuar a apear e a combater a pé e todos têm de ser Infantes;

–
As novas Brigadas *Striker*, que tinham passado sem reparo os testes da capacidade de projeção e de economia de recursos, uma vez no terreno, evidenciam limitações na proteção, em particular face aos Lança Granadas Foguete RPG, utilizados pelo inimigo às curtas distâncias, às minas e aos engenhos explosivos improvisados.

Mas, mais do que evidenciar que a solução intermédia encontrada (a *Striker*) não estava adaptada à nova tipologia da conflitualidade, todo o projeto *Force Combat System* é posto em causa; estava mal adaptado à realidade, aquilo que os autores designam como "guerra do caos**"**, que se vinha revelando como fenómeno novo desde 1990 e que atinge a sua maturidade nos TO do Iraque e do Afeganistão.

Para os autores, este "conflito do caos", sendo uma guerra que utiliza os métodos da guerrilha, não é uma guerra insurrecional "*tout court*" como as que caracterizaram o período da guerra-fria e que nós portugueses também teorizamos.

Vale a pena enunciar algumas das diferenças e convidar os futuros leitores a debruçarem-se sobre esta interessante parte do livro, na qual os autores expressam com detalhe a originalidade das suas reflexões:

–
Não há só dois lados em conflito;

–
Os objetivos não são claros e há dificuldade em encontrar uma solução negociada;

–

O objetivo da violência é total, isto é, atinge militares e civis;

–
A natureza da violência é estranha. Predominam atentados bombistas indiscriminados;

–
A vitória das forças que promovem o caos conduz a uma pulverização do poder que com frequência provocam situações de catástrofe humanitária;

–
Ideários diversificados, com um peso crescente dos religiosos;

–
Guerras sem território fixo;

–
Ações que se concentram principalmente em zonas urbanas.

Mais uma vez a tipologia da conflitualidade ia obrigar à transformação (palavra mágica por todos eleita para caracterizar as alterações produzidas nas organizações militares).

E os autores ajudam-nos a compreender o que estava em causa. Em causa estava a constatação que a doutrina Powel, com as entradas em Teatro, as campanhas e saídas rápidas não se adequavam às situações vividas no Iraque e no Afeganistão.

A natureza da guerra apontava para um crescente entrosamento entre a diplomacia e a defesa, segurança e desenvolvimento entre países, organizações internacionais e não-governamentais.

O 11 de setembro tinha forçado à coordenação interna dentro dos EUA. A transformação na arte militar externa obrigava também a idênticas necessidades.

Ajudam-nos também os autores a entender o papel (importantíssimo, reforço eu) das doutrinas, que se vão modificando e que são instrumen-
tos fundamentais para habilitar os Exércitos a prepararem-se para as intervenções consideradas de mais prováveis. Dizem, alertando, que a doutrina é um conjunto de técnicas que não respondem por si só aos grandes problemas políticos e estratégicos. O seu sucesso depende essencialmente de três fatores:

–
A visão estratégica – o que se quer;

–
Os grandes objetivos que se pretendem alcançar – decorrentes da visão;

–

A situação concreta no terreno – indispensável, a exigir flexibilidade.

Estes fatores são a base da designada, pelos autores, doutrina contra-caos, que foi desenvolvida por uma vasta equipa multidisciplinar, constituída por militares e civis e liderada pelo General Petraeus, que a aplicou sucessivamente no Iraque e no Afeganistão.

Esta doutrina era mais do que apenas militar; era político-militar. Além de conter militarmente o inimigo, propõe como fundamental (re)construir a soberania e a economia.

Para o seu êxito o problema não se pode cingir à questão militar. Em causa estará sempre o objetivo da estratégia.

É que as preocupações do "*state-building*" passam a estar presentes em todas as fases de uma campanha e a reconstrução da soberania não se deve fazer apenas na fase de estabilização.

Mas este ensaio não deixa de equacionar outras tendências doutrinárias que parece estarem a revelar-se com a atual Administração Obama, que, preconizando a continuação da doutrina contra-caos, para permitir uma saída digna do Afeganistão, parece privilegiar a doutrina do contra terrorismo, o que tem como consequência forças armadas mais reduzidas e um maior recurso à tecnologia, com a tónica colocada nas forças especiais e em meios como os *drones*.

Parece que os EUA se preparam, uma vez mais, para diminuir a sua presença física no mundo e em particular na Europa, onde a sua presença tem constituído fator claro de segurança para os europeus, sem que, no entanto, deixem de ter capacidade para intervir sempre que os seus interesses vitais sejam postos em causa e com todas as dimensões do atual poder militar: Mar, terra, ar, espaço e ciber espaço.

Apetece perguntar, depois de lido o livro, qual será o papel dos outros países; que estratégia devem desenvolver para também serem capazes de defender os seus interesses vitais; de que modo as alianças e uniões que hoje existem podem servir para defender os interesses que são comuns, se é que estes existem.

Talvez o Prof. Doutor António Telo e o Tenente-coronel Lemos Pires tenham, daqui a algum tempo, uma resposta para estas questões.

Entretanto fica este valioso contributo para o conhecimento do presente.

Tenente-general Mário de Oliveira Cardoso

NOTA: A *Revista Militar* felicita os autores e agradece à editora "Tribuna da História" a oferta do exemplar para o acervo da Revista.

---

[1] * Apresentação da obra, pelo Tenente-general Mário de Oliveira Cardoso, na cerimónia de lançamento, que teve lugar na Sala do Conselho Académico da Sede da Academia Militar, Lisboa, em 30 de maio de 2013.